

“A matança dos inocentes”: questões de memória e narrativa jornalística

Danielle Ramos Brasiliense e Ana Paula Goulart Ribeiro¹

Na madrugada de 23 de julho de 1993, um grupo de homens encapuzados dispararam suas armas em crianças e adolescentes que dormiam nas mediações da igreja da Candelária, no centro do Rio, matando sete deles. No dia seguinte, o fato foi manchete nos principais veículos de comunicação jornalísticos do país. Praticamente todos descreveram o crime como uma “chacina”, assassinato coletivo e premeditado. O acontecimento teve repercussão internacional imediata e acabou se tornando um exemplo histórico de violência e desrespeito aos direitos humanos.

Como todo acontecimento exemplar, a *Chacina da Candelária* tem sido, desde o seu acontecimento, citado e lembrado em diferentes ocasiões. A proposta deste trabalho é, a partir da análise desse caso nos textos do jornal **O Globo**, discutir os conceitos de *memória e narrativa*. O objetivo é perceber de que forma esse episódio foi construído e reconstruído ao longo do tempo pelos textos desse periódico e como esses textos se articulam com o processo de constituição de um certo senso comum sobre o fato e sobre um conjunto de sentidos a ele associados.

Gostaríamos de problematizar a maneira pela qual o jornal traduz as contradições da realidade para seus leitores, observando, principalmente, como gerencia os conceitos da vida cotidiana em suas narrativas. É importante perceber de que maneira o senso comum é reproduzido, reordenado e dado como realidade, levando em consideração a polifonia constitutiva das narrativas. Nosso objetivo final é perceber as diversas formas de mediação do discurso jornalístico na construção da memória social.

A Candelária e os sentidos memoráveis do presente

Na história do cristianismo contada pela *Bíblia Sagrada*, existe um episódio, narrado no livro de S. Matheus, cujo título é “A matança dos inocentes”. Nele, relata-se uma chacina liderada por Herodes, que encomenda a morte de todas as crianças com menos de

¹ Danielle Ramos Brasiliense é mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, onde desenvolve pesquisa sobre o caso “Chacina da Candelária” no jornal O Globo, na perspectiva das reatualizações memoráveis produzidas pela mídia e Ana Paula Goulart Ribeiro é doutora em comunicação e professora da ECO-UFRJ.

dois anos de idade, objetivando eliminar um provável rei entre os judeus. Este ato de violência, apreendido no tempo teológico, não é, no entanto, de modo geral, lembrado pelos cristãos com a mesma intensidade com que se lembra, por exemplo, a morte ou ressurreição de Cristo. A memória deste fato só ganha maior sentido quando o pensamento cristão se volta para a possibilidade de morte do Salvador, ainda quando recém-nascido, ter sido impedida, como se acredita, por poderes divinos superiores.

A “matança dos inocentes” é, assim, secundária nas lembranças dos cristãos. A história ganha relevo dependendo de como as narrativas religiosas são reatualizadas no cotidiano da vida das sociedades. Um momento importante, em que normalmente a sua lembrança é acionada, é quando algum fato da atualidade é identificado como lhe sendo semelhante. O episódio, por exemplo, foi lembrado por Dom Eugênio Salles na missa de sétimo dia dos menores da Candelária.

O crime de Herodes foi lembrado como semelhante ao da Candelária não apenas pelo cardeal do Rio de Janeiro, mas também pela imprensa como um todo. O caso da Chacina, na maneira como foi semantizado nos discursos jornalísticos, remeteu em vários momentos a este fato bíblico, indicando, de forma bastante expressiva, como uma narrativa pré-figuradora pode atuar sobre a própria configuração de um acontecimento.

As mortes ocorridas na Candelária foram construídas como um fato de violência cruel, justamente porque – tal como no crime de Herodes – envolveu crianças, símbolo de inocência. Ainda que se tratasse de “infratores”, a narrativa jornalísticas não tentou, no primeiro momento, culpabilizar os garotos, ao contrário tendeu a apresentá-los vítimas. Nas primeiras matérias, foram apresentados depoimentos de sobreviventes que acusavam policiais militares de terem matado por vingança. Especulou-se também que os crimes teriam ocorrido a mando de comerciantes locais, incomodados com a presença dos menores.

O acontecimento, além disso, se deu em um local com fortes representações na cidade do Rio de Janeiro. A Candelária é a igreja-símbolo do catolicismo carioca, impregnada de sentidos prévios ligados à história religiosa da cidade e do país. Em relação à Candelária, existem diversos enquadramentos de memória possíveis a partir não só da sua imagem como catedral e monumento histórico, mas como palco de episódios importantes da vida política e social brasileira. Foi lá, por exemplo, que ocorreu a missa de sétimo dia

do estudante Edson Luiz, assassinado numa manifestação em 1968, assim como o comício pelas Diretas Já!, em 1984, entre diversas outras manifestações políticas. Estes episódios são parte da história da igreja, constantemente lembrados nas narrativas jornalísticas.

A Candelária, monumento construído no século XVIII com revestimento interior em mármore, fachada em cantaria e com portas trabalhadas em bronze, vira um lugar de memória não apenas por ser um patrimônio arquitetônico ou um cartão postal importante da cidade, mas também por se transformar em um marco histórico e jornalístico da repressão política, das reivindicações democráticas e da questão da violência urbana e dos direitos humanos.

É interessante perceber que os sentidos atribuídos pela imprensa a “chacina da Candelária” também estão relacionados aos sentidos atribuídos a outros fatos ocorridos na mesma época. Nesse sentido, não se pode esquecer que o crime ocorreu em julho de 1993, nove meses depois de um outro acontecimento, o “massacre do Carandiru”, que, pelas questões da violência e dos direitos humanos, costuma lhe ser associado. Da mesma maneira que ambos os fatos seriam associados a um outro, ocorrido apenas um mês após o da Candelária, a “chacina de Vigário Geral”. Os três fatos, ocorridos entre 1992 e 1993, voltaram os olhos do mundo para o Brasil, chamando atenção para a falta de segurança, despreparo policial e abuso de poder. Apesar de as vítimas transitarem todas no espaço do que se costuma chamar de “marginalidade”, o tom de denúncia ganhou lugar nas narrativas da imprensa sobre esses fatos, muitas vezes invertendo a máxima comum de que “bandido bom é bandido morto”.

Sobre memória e acontecimento jornalístico

A memória, pensada a partir da perspectiva clássica de Maurice Halbwachs (1990), é um instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir das demandas do presente. Apesar de termos a impressão de que a lembrança é uma linear repetição do passado, mudanças são constantemente geradas por contextos sociais diversos que associam e selecionam o passado para preencher o presente e configurar o futuro.

Na medida em que a memória vai sendo ativada, remetendo àquilo que já aconteceu, o passado torna-se flexível e o presente um fluxo de mudanças constantes. O senso comum,

no entanto, costuma pensar o tempo como linear e o passado como fixo e imutável. Afinal, o que já aconteceu – enquanto realidade factual – não pode ser mudado. Mas os acontecimentos jamais são pura factualidade, e mesmo o fato não pode ser entendido a partir de uma perspectiva ingênua como se tivesse uma realidade autônoma e prévia a sua configuração discursiva.

Michael Pollak (1992) distingue dois tipos de memória, aquela relacionada a “acontecimentos vividos pessoalmente” e outra ligada a fatos “vividos pela coletividade”. Este segundo tipo de memória, apesar de não remeter a fatos presenciados diretamente, faz igualmente parte das suas experiências dos sujeitos. A maioria das pessoas que lembra da chacina da Candelária, por exemplo, não viveu o episódio a não ser através do relato dos outros, seja daqueles que participaram do fato, seja através dos meios de comunicação. A chacina é, portanto, para a maioria um acontecimento vivido indiretamente, mas é também, ao mesmo tempo, parte das suas lembranças².

De uma forma ou de outra, Pollak afirma que a memória é sempre seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios. As memórias são construções sociais e não objetos naturais, fatos que possam ser tratados fora da linguagem que as formulam e as dinamizam. No caso da memória individual, o trabalho de enquadramento está relacionado a manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, dos desejos, dos medos, das inibições. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas de grupos sociais pelo poder de dizer o que é o grupo.

Mas a grande questão é saber a quem cabe ser guardião da memória de uma coletividade? Quem detém autoridade para realizar o trabalho de seleção e enquadramento do passado de um grupo? Isto nos leva a refletir sobre o papel dos meios de comunicação, sobretudo os jornalísticos, nos processos de semantização do real no mundo contemporâneo.

É interessante pensar que a maior parte dos chamados fatos da atualidade, aqueles que adquirem relevância social a ponto de se tornar fatos jornalísticos, são vividos por grande parte da população “por tabela”. Os meios de comunicação são, na

² Nessa mesma direção, David Lowenthal (1989), no seu célebre trabalho *Past is a foreign country*, sublinha o fato de que reconhecemos o passado como um âmbito temporal distinto do presente ao tomarmos conhecimento não apenas das nossas ações e pensamentos anteriores, mas também das ações de outros, seja pelo testemunho direto ou de terceiros. Nossas memórias se constituem também da história sobre pessoas e acontecimentos que, muitas vezes, não nos dizem respeito diretamente.

contemporaneidade, os grandes mediadores entre o sujeitos e o mundo. A história do nosso tempo – como diz o slogan publicitário do jornal *O Globo* – é aquela vivida através dos meios de comunicação de massa (RIBEIRO, 2003).

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são, hoje, um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento sobre o passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sob os acontecimentos e as interpretações do passado que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas” e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo, não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades no controle da realidade.

As narrativas da imprensa e os trabalhos da memória

Desde julho de 1993, **O Globo** relembrou a chacina da Candelária em diversos momentos. A primeira matéria contendo referência ao episódio apareceu no ano seguinte, em 1994. Nela, é lembrado não o assassinato coletivo, mas o “vandalismo” provocado pelos menores que ainda vivem na região. Aqui, há um deslocamento claro do sentido atribuído ao fato.

O título destaca: “*Menores quebram vitral da Candelária*” (**O Globo**, 6/04/1994). A reportagem denuncia o ato de rebeldia de três menores que, ao serem expulsos de dentro da Igreja pelo administrador, apedrejam os vidros que representavam Nossa Senhora da Candelária. O *lead* confirma o enquadramento do título: “*Um vitral importado, produzido no século XIX, foi a mais recente vítima de vandalismo na Igreja da Candelária. Três menores de rua que estavam brigando dentro da igreja foram expulsos pelo administrador Raul Andreoli, e protestaram apedrejando os vidros da Candelária na manhã de ontem.*”

No fim do texto, o repórter reproduz o depoimento dos menores, que, detidos na Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente, dizem só ter reagido à ação do coordenador que os espancou com um pedaço de madeira. Mas o texto completa: “*O administrador da igreja, no entanto, garantiu que se machucaram quando brigavam entre si*”. Assim, a matéria legitima a fala da ordem, representada pelo administrador, em detrimento da fala dos menores/desordeiros.

A matéria silencia sobre a morte dos outros menores ocorrida um ano antes. O apagamento da chacina é necessário para que se construa a ação dos meninos como desordeira. Observa-se, pois, claramente o trabalho de memória operado pelo jornalismo na seleção das informações para a construção da matéria: o esquecimento da chacina em contraposição à lembrança da ação dos meninos de rua. Ainda neste jogo memorável, legitima-se a fala que opera a ordem. O ato dos meninos aparece como sendo responsável pela destruição de uma peça rara, cara e, sobretudo, síntese da religiosidade.

Acomodam-se na matéria aspectos já naturalizados pelo senso comum. Observamos uma assimilação, no fluxo da memória, desses menores como tipificados sujeitos da desordem ou profanos no local sagrado. Na hierarquização da construção narrativa, a chacina é esquecida e os assuntos percussores da desordem são minimizados.

Os aniversários do acontecimento

No dia 17 de julho de 1994, o jornal **O Globo** torna a lembrar a Candelária e os menores, desta vez, com referências explícitas à chacina do ano anterior. Duas reportagens são publicadas na edição de maior tiragem semanal, a de domingo, já que, no sábado seguinte, a chacina estaria completando exatamente um ano. Esta matéria, que inaugura a cobertura do aniversário da chacina, tem por título: “Candelária, um símbolo do medo”. Esta narrativa, portanto, reconfigura a imagem cristalizada do menor, onde o ator social em foco é “B”, um dos sobreviventes da chacina. De forma semelhante à matéria anterior, a memória do leitor é reativada a partir de narrativas estereotipadas com relação aos menores e seus envolvimento na sociedade. “B”, o “remanescente do grupo”, como diz o jornal, continua a acumular inimigos que desejam sua morte. “B” é um menor baderneiro que está “cada vez pior”.

Novamente, há um trabalho de acomodação dos sentidos, que legitima a visão cristalizada do senso comum. Além disso, ao promover uma rememoração a partir de uma data síntese – o primeiro ano do acontecimento – o jornal aciona uma série de aspectos do memoráveis, como – por exemplo – uma certa pedagogia.

No mesmo exemplar do dia 17, uma outra matéria apresenta uma entrevista feita com a mãe de um dos sobreviventes: “Esperança na punição dos criminosos continua viva”. O texto começa relatando a fé de D. Ana Maria em alcançar justiça pela morte do seu filho,

com a punição dos assassinos. O *lead* descreve a lembrança da mãe: “*a lembrança do maior deles está ao alcance dos seus olhos, na encardida parede do barraco onde vive, na vila São Pedro, em Inhaúma – o retrato do filho Anderson Tomé Pereira, o Caolho, com a camisa do flamengo.*”

Mesmo com o detalhe significativo do olhar de alguém que busca a ordem, e que discrimina a desordem quando se depara com uma parede fora dos padrões do “bom gosto”, a matéria dispõe uma observação preocupada da mãe de Anderson, que considera um mistério nunca ter sido procurada pela polícia ou pela justiça para prestar depoimento sobre seu filho, que, como enfatiza o repórter, foi “assassinado num dos crimes de maior repercussão da história recente do Rio.” E continua a relatar: “*Caolho esteve em casa no domingo, quatro dias antes da chacina, e poderia ter contado alguma coisa à mãe que ajudasse na apuração do crime. Mas ninguém se interessou em procurar Ana Maria.*”

A voz silenciada da mãe do menor, ou o esquecimento da sua existência como testemunha, é uma característica importante para pensar as articulações da memória social e do enquadramento proposto pela imprensa. Neste sentido, o jornalista constrói para si e para o jornal a imagem de investigador, capaz de promover a mediação entre os sujeitos envolvidos no acontecimento e o poder público, que não atua como deveria. Ao revelar o esquecimento da polícia em relação a uma possível fonte de investigação, mascara seu próprio papel neste esquecimento e se legitima como aquele que desnuda o esquecido e provoca a mudança.

Em contraste ao relevo dado na semana anterior ao aniversário da chacina, apresentando a comemoração por antecipação, no dia em que fazia exato um ano do acontecimento - 23 de julho de 1994 -, **O Globo** diminui significativamente o espaço dado ao assunto. Apenas uma matéria, que ocupa pequeno espaço de uma coluna, lembra o episódio: “*Yvone comanda vigília na Candelária*”.

Segundo a narrativa do jornal, a artista plástica Yvone Bezerra de Mello produziu uma manifestação junto às crianças, na madrugada, colocando velas e um cartaz no local do crime, para reavivar a memória da população carioca. Yvone costumava voluntariamente ajudar os menores com alimentação, roupas e outros objetos, e sabia quem era cada um dos menores assassinados.

Hierarquizando o assunto como menos importante, em comparação a outros temas que ocupam espaço mais nobre, novamente o jornal enquadra a memória do acontecimento. Neste momento em que a memória da Candelária é reativada, ficam para trás muitas outras questões que completariam seu sentido, como o envolvimento dos policiais que ainda não haviam sido legitimamente julgados, ou as condições de refúgio em que se encontrava Wagner dos Santos, a principal testemunha do acontecimento. Quando a memória é silenciada, não é permitida uma organização mais completa dos sentidos dos acontecimentos. Pulverizada, passa a inaugurar um sentido mínimo que anula realidades importantes para pensar o fato.

O mesmo quadro se repete nos anos seguintes. Nos aniversários de 1995 e 1996, **O Globo** referenciou o acontecimento através de pequenas notas. No dia 22 de julho de 1995, o jornal informou: *“Dois anos depois, um crime ainda sem castigo”*. A matéria fez referência a uma manifestação promovida por organizações não governamentais, pedindo que o processo fosse acelerado na justiça, uma vez que ainda não haviam sido julgados os acusados do crime. A manifestação aconteceu depois da celebração de uma missa na Candelária. Esta mesma lógica de lembrança – missa e manifestação – aconteceu um ano depois, quando a chacina completou três anos. Também neste dia, **O Globo** publicou uma nota: *“Missa lembra hoje morte de menores na Candelária”*.

O acontecimento pulverizado

Depois do aniversário de um ano da chacina, na edição de 26 de julho de 1994, **O Globo** publicou mais uma matéria em que se remetia ao massacre. Em um pequeno boxê informou: *“Exposição em Brasília lembra Candelária”*. Trata-se de uma referência aos menores de Brasília que, através de apresentações artísticas, protestam contra a chacina.

Após essa edição, o jornal só irá lembrar novamente o episódio em dezembro de 1994. O foco da matéria que recupera o tema Candelária é o atentado contra Wagner dos Santos, que, após voltar do esconderijo na Bahia, onde esteve desde a chacina, fica apenas dois dias sem segurança e é surpreendido na Central do Brasil por homens que atiraram em sua direção. Nesse momento, o menino não é tratado pelo repórter como um menor de rua tipificado. Ao contrário, agora ele é a vítima desprotegida. E, para reforçar a importância da denúncia que a matéria proporciona, uma coluna é reservada para a fala de Yvone Bezerra

de Mello, afirmando ser comum o atentado contra os menores mesmo depois da chacina, pois um outro menino havia morrido uma semana antes.

O ano de 1995 é marcado por exposições pulverizadas da memória da chacina, a partir do sobrevivente Wagner dos Santos. Nos meses de janeiro, abril, maio e outubro, ele foi o ícone de lembranças da tragédia ocorrida em 1993. As matérias enfatizam que a proteção dada a Wagner pela justiça era uma condição dos direitos humanos e do possível desvendamento do crime. Enquanto lembra ao leitor a existência da testemunha, **O Globo** não o trata como um menor qualquer. Ele é reconhecido como uma peça fundamental para a acusação dos assassinos e, conseqüentemente, para o fechamento dos sentidos daquele episódio. De certa forma, o jornal passa a ser guardião da memória da Candelária ao manter vivo, aos olhos do público, o sobrevivente que corria risco de morte.

Esse movimento pode ser observado até outubro, quando, finalmente, o jornal revela: *“Sobrevivente da Candelária reconhece envolvidos na chacina”* (27/10/1995). Wagner reconhece os assassinos por fotos, comprovando assim que se tratava de policiais.

A próxima referência que encontramos a Wagner dos Santos foi em 21 de abril de 1996. Na matéria, é apresentada uma nova geração de “meninos de rua”, dominados pelas drogas e pela prática de furtos. Wagner, depois de fazer sua parte, reconhecendo os criminosos, volta a ser caracterizado na narrativa de **O Globo** como um menor estereotipado, pobre, sem família e sem casa. Dessa forma, mais uma vez o jornal conjuga na produção de seus trabalhos de memória mudança e esquecimento, ao produzir uma memória social sobre a categoria “meninos de rua”.

A fotografia que centraliza a reportagem marca um novo tempo narrativo sobre os menores da Candelária. Parados em frente à igreja, com os braços estendidos, parecem apelar para uma solução social, mas, ao mesmo tempo, representam uma possível ameaça. A fotografia aciona a memória dos mortos da Candelária, ao colocar meninos vivos diante da igreja, resignificando o acontecimento original pela construção presente.

Hierarquizações e acomodações

A chacina será novamente enquadrada pelo ato memorável do jornal em 28 de abril do ano seguinte, através de uma série de três reportagens sobre violência contra crianças. A primeira ocupa uma página do jornal, na Editoria Rio, e é apresentada sobre a rubrica

“*Infância Abandonada*”. Em seguida, particularizam: *Julgamento da chacina abre discussão sobre a violência contra menores*. E o título reforça: “*Os sobreviventes do descaso*”.

O texto introdutório da matéria prepara o leitor: “*Quase três anos após a chacina da Candelária, o julgamento, amanhã, do soldado Marcus Vinícius Borges Emanuel – um dos acusados do assassinato de oito meninos de rua em julho de 1993 – reacende a discussão sobre a violência contra menores*”. Neste sentido, é o julgamento do acusado que possibilita que os menores, ainda moradores de rua, sejam lembrados pelo jornal.

O texto introdutório, que anuncia o motivo da publicação da matéria, anuncia também “R” como o retrato do abandono. Como outros meninos, “há cinco anos zanzando pelas ruas da cidade, ele finge ter esquecido a tragédia em que oito amigos seus morreram”. A matéria tenta retratar a realidade dos menores que vivem na rua. Fala sobre a violência que começa em casa por falta de afeto e comenta a inexistência de estatísticas públicas sobre abuso sexuais cometidos dentro das casas das crianças, o que muitas vezes as impelem a ficar na rua. E o texto denuncia: “*Nos institutos de recuperação, os cursos técnicos não funcionam, os salários estão atrasados, há escassez de material e, por falta de professores, não há ensino regular.*”

O texto a respeito da realidade dos menores é carregado de ambigüidades. Na seqüência, um dos menores – provavelmente vítima do tipo de violência anunciada anteriormente – é caracterizado como alguém que rouba ou pede dinheiro para comer. A narrativa impressiona pelo uso de termos explicitamente procedentes do senso comum, em um processo de acomodação e naturalização da ordem. A repórter descreve o “menino de rua”:

“De cabelos cortados rente, com pequenas manchas ruivas – resultado de uma improvisada descoloração – R. de 13 anos sorri descaradamente. Dos cinco anos que bateu calçadas e praças das zonas Sul e Norte do Rio, ele não guardou muita coisa. De seu, leva de um lado para o outro uma sacola de plástico com duas camisetas sujas. Da Candelária, ele nem quer saber. Na noite da chacina, perdeu oito amigos e fugiu dos tiros em direção à Praça Quinze. Depois disso, fingiu que esqueceu da tragédia:- Qual é tia, sei de nada não - responde e sai correndo” (O Globo, 28/04/96)

A evidência de um sorriso, que para a repórter é “descarado”, reforça a entonação da matéria que demonstra a atitude de “R” que, apesar de roubar, continua pobre, carregando

camisetas sujas em sacolas, como o sujeito ímpio da moral cristã. E que, “debochado”, não quer nem saber do que aconteceu na Candelária.

A matéria continua evidenciando as acomodações memoráveis:

“Nas ruas, quem sabe se virar, vive um pouco mais. Para ganhar dinheiro vale tudo: pequenos furtos, pedir esmola, passar papel nos ônibus contando uma história triste ou mesmo esperar comida de alguma ONG”.

- Só aparecem com pão e leite. Tô fora, conta R. e emenda num grito:

- A negona derrubou a comida!

(...) “Negona é uma cachorrinha vira-lata preta, que divide um saquinho de ração com os meninos. Mas insiste em comer mais algumas bolinhas e recebe um passafora. Neguinha - a outra vira-lata - fica quieta. E já que o saquinho está aberto, a ração vira biscoito na boca dos meninos.”

Frases como “Ao meio dia começa a caça”, referente ao momento em que os menores vão procurar o que almoçar, completam ambigualmente o sentido do trecho da matéria. A naturalização da idéia dos menores como provenientes da desordem é reafirmada nesse momento. Assim como em 1993, na época da chacina, os menores mais uma vez são vítimas, mas aparecem como sujeitos naturais da desordem. As narrativa, assim, legitimam e acomodam os preconceitos, promovendo o esquecimento acerca das causas sociais da infância nas ruas. “R” ou “B”, são apenas abreviações de sujeitos estigmatizados pelo jornal.

Assim, mesmo que a reportagem como um todo se comprometa a abordar vários ângulos da questão sobre violência contra menores, em um trabalho de hierarquização da memória, a matéria que ocupa o lugar principal é claramente estigmatizadora. Além disso, é importante observar a página do jornal de uma forma mais ampla. A fotografia que acompanha a reportagem mostra dois menores de costas, ambos com o “cabelo cortado rente” (como diz a repórter, tipificando “R”), com copos nas mãos, sentados na calçada em frente à porta de uma loja. Na porta do comércio, uma bicicleta e, dentro, uma televisão ligada. Estes elementos causam dúvidas com relação à observação dos meninos: eles estariam assistindo à TV, enquanto lanchavam, ou poderiam estar olhando a bicicleta parada. Ao mesmo tempo, os sentidos que completam a matéria ficam também dúbios, pois pode parecer que os menores se preparam para roubar os objetos de desejo.

Ao fim da página, encontram-se dois significativos anúncios que denotam uma incrível separação de mundos que o repórter não ousa demonstrar em sua matéria. Um

anúncio diz: “Quem disse que o jornal não tem boas notícias? Top Fantasy Disney World, ou Flórida Especial”. E, logo ao lado: “Ody convida você para uma odysseia na Disney”. Para quem são esses anúncios? A boa notícia vem do mundo publicitário e é obtida pelo consumo, cabendo ao jornalismo o papel de porta-voz das misérias do cotidiano, enquadradas, no jogo da memória, a partir de hierarquias e valores mediados grupos dominantes, e não dos sujeitos retratados na reportagem, no caso, os meninos de rua.

Essa idéia fica mais clara quando vemos que a chacina só volta a ser lembrada pelo jornal, em 1996, por ser a época em que um dos policiais identificados por Wagner será julgado, e não pelo motivo de continuidade da vida miserável e transgressora dos “menores de rua”. No dia 04 de maio, **O Globo** publica: “*Candelária: mais um policial militar confessa*”. O PM Alcântara é o protagonista da matéria, que tem como atores policiais e não menores. A classificação do senso comum é, aqui, evitada. A narrativa trata os policiais, não como sujeitos da ordem, mas como pessoas que cometeram um erro. Mas a narrativa de certa maneira perdoa Alcântara, ao indicar sua conversão à igreja Evangélica.

Um boxe, intitulado “Corpo-a-corpo”, traz a entrevista com Nelson Cunha, outro policial. O repórter começa: “*Evangélico, réu confesso no caso da chacina da Candelária, o ex-PM Nelson Cunha diz (...)*.” Nas perguntas, o repórter retoma a questão da conversão: “*Você se converteu um ano depois da chacina. Por que não se entregou na época?*”

A conversão dos policiais como atitude proveniente de um mundo ordenado, correto, faz o jornalista cobrar do policial a atitude imediata de confessar o crime. Mas o policial responde: “*A conversão é gradativa. Você lê a Bíblia, se envolve em trabalho social com mendigos, meninos de rua, travestis. Só após isso e um remorso no coração é que se pode tomar uma decisão tão difícil. Apesar de Deus ter me perdoado da covardia e do medo, ele me cobrava a prisão dos inocentes.*” Percebe-se, assim, que a seleção da memória da Candelária nesta matéria ameniza a atitude passada do policial, como se ele houvesse caído em tentação, tomando atitude ímpia de matar as crianças, para, em seguida, se converter e se arrepender. A prisão é o desfecho exigido para a restauração da ordem.

Há que se acrescentar também uma reflexão sobre a questão da nomeação presente nestas matérias que têm os policiais como personagens principais. Ao contrário das reportagens cujo foco é o menor, aqui o sujeito tem nome e sobrenome. O único

qualificativo imposto pelo jornal aos réus é destinado ao acusado Marcos Vinícius Borges Emanuel, tratado no título da matéria como “matador” (26/6/1996).

Um esquecimento anunciado

O Globo publicou uma matéria no dia 23 de junho de 1996, justificando o esquecimento a que foi submetido o caso da Candelária: “*Chacina já não atrai mais tanta atenção*”. O texto apareceu um mês antes da chacina completar três anos. Como mostramos, o jornal se referiu ao fato no dia 23 de julho apenas com uma pequena nota. Isso confirma o que o repórter fala no título da matéria de junho, pois realmente a chacina não demandava tanta atenção, pelo menos no enquadramento de memória proposto pelo jornal. Celebrando o esquecimento como se fosse de âmbito público, o jornal se justifica publicamente pela não cobertura do caso, embora os problemas relacionados ao mesmo (menores na rua, violência policial, miséria, ausência de políticas efetivas para resolver o problema, desigualdade social etc.) persistissem.

Duas pequenas matérias a mais são publicadas no fim do ano de 1996. Uma no dia 24 de novembro, denunciando a morte de uma testemunha da chacina, silenciada até aqui, chamada Fábio de Oliveira. E outra, sobre a volta de Wagner dos Santos para a Suíça, depois dos julgamentos dos policiais, que duraram praticamente todo o ano de 1996, mas só foram destacados pelo jornal **O Globo** algumas vezes, como vimos.

Um silêncio sobre este caso durou mais dois anos, fazendo com que o trabalho de esquecimento, previamente anunciado, se concretizasse explicitamente. Não foram encontradas matérias sobre a chacina em 1997 e 1998. O assunto só volta a ser pauta do jornal em 1999 com a morte de Bilinha (João Fernando Caldeira da Silva), um dos sobreviventes, no mesmo local da chacina de 1993. A matéria de **O Globo** revela ainda uma continuidade que havia sido, então, silenciada: “*Morte de menor de rua na Candelária é a quarta ocorrida em apenas um mês*”.

Já o ano de 2000 é marcado pela morte de Sandro Nascimento, o protagonista do episódio do ônibus 174. Este caso é um marco de memória da Candelária, mas, ao mesmo

tempo, uma ruptura significativa em relação a ele. Este novo acontecimento, de grande reverberação nas páginas do jornal, colocará novamente a chacina em evidência³.

Na continuidade memorável do jornal **O Globo**, antes dos dez anos da chacina, uma única matéria torna a lembrar da Candelária, informando: “Prefeitura calcula que 800 crianças vivem nas ruas do Rio” (24/07/2002). Uma cerimônia lembra os nove anos da chacina e a prefeitura aproveita para mostrar os dados referentes ao aumento dos menores nas ruas, adotando a fala autorizada do poder público como naturalizada. Mais uma vez, percebemos os trabalhos de acomodação e assimilação, bem como a hierarquização e legitimação de algumas vozes em detrimento de outras. Na matéria, reaparece a lembrança da história de Herodes: “*Padre Jorge Antônio lembrou o episódio da matança dos inocentes, quando Herodes mandou matar todas as crianças de até 2 anos, porque, entre elas, estava Jesus Cristo – Há muitos Herodes na Sociedade - disse*”.

Em 28 de fevereiro de 2003, o jornal publica a condenação a 300 anos de prisão em regime fechado do ex- PM Marcos Vinícius Borges Emanuel, que já havia ido três vezes a julgamento, desde 1996. Só após dez anos depois da chacina, Emanuel é condenado. Nesse período, o jornal poucas vezes cobrou publicamente soluções para o crime, promovendo o seu esquecimento paulatino.

Depois deste relato, **O Globo** reduz ainda mais as matérias sobre o caso. Apenas uma matéria, lembrou o aniversário do acontecimento.

“Uma menina participa de um abraço simbólico à Praça Pio X, no Centro, durante um ato para lembrar os dez anos da chacina da Candelária, na qual morreram oito menores de rua. Silhuetas de corpos representando as vítimas foram preenchidas com pétalas de rosas. A programação teve ainda missa, apresentações de música, teatro, dança e capoeira.” (O Globo, 24/07/2003)

Apenas essas linhas lembram o acontecimento de 1993. Os contextos sociais em que se encontram os menores, que foram lembrados no ano de 1994 e 1996, são apagados. A condenação do policial depois de dez anos também. O exílio de Wagner dos Santos e sua vida na Suíça não são comentados.

Em 18 de dezembro de 2003, a ONG Viva Rio completa também dez anos, o que faz **O Globo** lembrar mais uma vez a Candelária, uma vez seus integrantes promovem um

³ A cobertura do seqüestro do ônibus 174 foi tema da monografia de final de curso de Daniele Brasiliense, intitulada “O discurso do jornal *O Globo* e a construção do sujeito 174”.

abraço simbólico à Igreja nesse dia. Vale notar que a matéria do aniversário da ONG ocupou mais espaço do que a dos dez anos da chacina da Candelária.

Em 2004 e 2005, a chacina da Candelária não é lembrada por **O Globo** na data do seu aniversário. Aliás, o único veículo que menciona o acontecimento, através de uma pequena nota na coluna de Ricardo Boechat, é o **Jornal do Brasil**, ao informar sobre a missa que aconteceu na Igreja da Candelária.

Percebemos que o jornal tem o privilégio social de mitificar o passado e esquecer o que não quer que seja de interesse público. A organização dos sentidos do acontecimento “chacina da Candelária” vai sendo, ao longo dos anos, trabalhada por um esquema que inclui formas de destacar alguns aspectos, desprezar outros e naturalizar questões que fazem parte de uma espécie representação do mundo da desordem.

Bibliografia

- BARBOSA, Marialva. *Meios de Comunicação, memória e tempo. A construção da redescoberta do Brasil*. Texto final de pós-doutorado. Paris: CNRS-LAIOS, 1999.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- LOWENTHAL, David. *Past is a foreign country*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1989.
- NAMER, Gerard. *Memóire et Societé*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1987.
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: *Les Lieux de Mémoire. La République*. Vol. 1. Paris, Éditions Gallimard, 1984.
- POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricas*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A mídia e o lugar da história”. In HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto (orgs.). *Mídia, memória e celebridades*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2003.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa I. A tríplice Mimese*, São Paulo, Papirus, 1994.
- _____. *Teoria da Interpretação*. Lisboa, 1984
- _____. *Interpretação e Ideologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.